

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEMVEJ – REALIZADA EM 22/09/2021

2 Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte um, às quinze
3 horas, por meio de videoconferência disponível no link: meet.google.com/ogehsvd-miv,
4 [hsvd-miv](https://meet.google.com/ogehsvd-miv), iniciou-se a Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Memória,
5 Verdade e Justiça do Estado do Paraná. Conforme convocação prévia, fizeram-
6 se presentes, por meio virtual: **TITULARES GOVERNAMENTAIS: Ana Raggio**
7 (SEJUF); **Isabela Damiani** (Arquivo Público). **SUPLENTES**
8 **GOVERNAMENTAIS: Aimoré Índio do Brasil Arantes** (SECC); **Marina**
9 **Braga Carneiro** (Arquivo Público). **TITULARES DA SOCIEDADE CIVIL: Ivete**
10 **Maria Caribé Rocha** (SERPAJ); **Aluizio Ferreira Palmar** (CDHMP);
11 **Marionilde Brepohl** (UFPR). **SUPLENTES DA SOCIEDADE CIVIL: Carla**
12 **Luciana Souza da Silva** (UNIOESTE); **Luis Fernando Lopes Pereira** (UFPR);
13 **Adélia Salamene** (SINDIJOR/PR). **CONVIDADOS(AS) TITULARES: Maria**
14 **Aparecida Blanco de Lima** (TJPR); **Rodrigo Collares Tejada** (DPU).
15 **CONVIDADOS SUPLENTES: Rafael Osvaldo Moura** (MPPR).
16 **CONVIDADOS(AS)/COLABORADORES(AS): Thais Diniz** (ALEP); **Hialony**
17 **Rodrigues** (SEJUF); **Claudia Hoffmann** (MPPR e Coordenadora do LUME);
18 **Regina Bley** (MPPR); **Norton Nohama** (UFPR); **Raquel Osowski; Daiane**
19 **Pego** (SEJUF); **Amanda Filas** (NUCIDH/DPE). Na oportunidade foi justificada
20 a ausência de **Jefferson Salles** (SEED), pois encontra-se hospitalizado.
21 **ABERTURA:** Ana Raggio realizou o registro das presenças; em seguida,
22 passou a palavra para a coordenadora, Dra. Ivete que saudou todas/os
23 presentes e iniciou a reunião com a apreciação da pauta. **1. APROVAÇÃO DA**
24 **PAUTA:** Ana realizou a leitura das pautas a serem aprovadas e abriu a fala
25 para quem quisesse incluir mais pautas. Carla solicita a inclusão do ponto:
26 “Solicitação Familiares de José Lavechia”. Aluizio solicita a inclusão de informe:
27 “Biografia da Teresa Urban”. Não havendo nenhuma objeção, a pauta foi
28 aprovada com as novas inclusões. **2. APROVAÇÃO DA ATA DE REUNIÃO**

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

30 **ORDINÁRIA DE AGOSTO DE 2021:** Ana perguntou se alguém sugere
31 alterações ou gostaria de fazer alguma observação sobre a ata de reunião
32 ordinária de agosto do Comitê - que foi enviada anteriormente à reunião por e-
33 *mail*. Em seguida, Marion Brepohl informa que não vem recebendo os *e-mails*
34 encaminhados pelo Comitê; Ana informa que os *e-mails* são enviados
35 normalmente, mas pede que Marion informe através do *chat* da
36 videoconferência ou através do grupo de *WhatsApp* o seu *e-mail* atualizado;
37 Ana, ainda informou que não foi recebida nenhuma colaboração no *e-mail* do
38 CEMVEJ com alteração da ata - somente uma solicitação da Cláudia Hoffmann
39 para alteração de sua apresentação. Assim, não havendo nenhuma objeção, a
40 ata foi aprovada para publicação no site da SEJUF e no DIOE. **3. LEI DE**
41 **ANISTIA:** A coordenadora, Dra. Ivete, iniciou a pauta contextualizando que a
42 solicitação desse ponto tem o objetivo de compreender como foi a discussão
43 da Lei de Anistia – como se formaram os Comitês de Apoio a Anistia e os
44 bastidores da discussão – portanto, não trata-se de uma discussão meramente
45 acadêmica, pois tem a finalidade de não esquecer essa discussão e,
46 posteriormente, em um momento mais oportuno, pautar o debate sobre a
47 revisão dessa lei; Nesse sentido, já articulando a organização do debate,
48 informa que Aluízio já indicou uma pessoa que foi presidente de um Comitê
49 Internacional de Anistia para realizar esse debate. Em seguida, Aluízio informa
50 que fez a indicação de Ana Müller - uma das coordenadoras do Comitê
51 Brasileiro de Anistia e Advogada de presos políticos -, pois ela esteve bastante
52 envolvida nas lutas pela anistia com Terezinha Zerbini e outras pessoas que
53 fizeram parte do Movimento Feminino pela Anistia; sendo assim, é uma boa
54 indicação para dialogar ou dar testemunho do que houve no período da
55 Ditadura Militar. Ana questiona se a ideia é realizar um evento ou uma roda de
56 conversa no Comitê. A Dra. Ivete responde dizendo que, a ideia é realizar uma
57 roda de conversa aberta a todo público que possa se interessar pelo tema e
58 também trazer outros convidados. Em seguida, Ana abre para novas

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

61 indicações de pessoas a serem convidadas para a realização da roda de
62 conversa. Aluizio também sugere que seja convidado Edival Nunes (Cajá),
63 preso político entre 1978 e 1979, que era integrante da Comissão de Justiça e
64 Paz, e ligado ao arcebispo Dom Helder Camara. Sugestão aprovada. Adiante,
65 Ana abre para manifestação de interesse para quem queira realizar a mediação
66 do evento. A coordenadora, Dra. Ivete, sugere que Aluizio faça a mediação na
67 roda de conversa. Sugestão aprovada. Adiante, Aluizio propõe, em
68 contrapartida, que também convide-se pessoas ligadas ao movimento da
69 anistia política dos militares, pois podem contribuir nos debates com outras
70 perspectivas. Sugestão aprovada. Regina sugere como convidado Paulo
71 Abrão, ex-secretário-executivo da Comissão Interamericana de Direitos
72 Humanos (CIDH), que presidiu a Comissão de Anistia do Brasil. Já a Cláudia
73 Hoffmann sugere e se propõe a convidar Prudente José Silveira Mello – que foi
74 conselheiro da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Ana sugere que a
75 roda de conversa seja com três convidados e quinze minutos de fala para cada
76 um. Tendo em vista as várias sugestões de convidados, a Dra. Ivete sugere
77 que seja realizado um ciclo de debates. Regina concorda com a sugestão, e
78 complementa com a sugestão de que em cada evento seja realizado uma vez
79 por mês, com convidados diferentes que debatam o mesmo tema da anistia.
80 Cláudia sugere que a roda de conversa seja realizada no dia 15/10/2021.
81 Adiante, Aluizio também sugere que seja convidada Denise Goulart, filha de
82 João Goulart, e Jean Marc Frédéric Charles von der Weid, ativista, ex-
83 presidente do Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas e
84 da União Nacional dos Estudantes (UNE). Ainda, sugere que na primeira roda
85 de conversa convide-se: Ana Müller, Ivan Proença (Coronel da reserva que
86 coordenou a luta dos militares punidos) e Anivaldo Padilha (militante metodista
87 que foi coordenador da luta dos religiosos pela anistia). Sugestões aprovadas.
88 Assim, encaminhou-se que serão realizadas duas rodas de conversas
89 contando com, pelo menos, uma mulher cada evento, sendo a primeira no dia

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

92 15/10/2021, às 16 horas, e a segunda roda de conversa será realizado no dia
93 19/11/2021, às 16 horas, com os demais convidados sugeridos. 4.
94 **ATIVIDADES DE FORMAÇÃO (CONFORME O ITEM 4 DO CAPÍTULO VIII,**
95 **DAS RECOMENDAÇÕES DO GOVERNO DO ESTADO):** Ana inicia a
96 discussão realizando o compartilhamento de tela das Recomendações do
97 Governo do Estado, especificamente do item 4 do capítulo VII, porém, após
98 análise verificou-se que essa recomendação não faz referência a atividades de
99 formação. Sendo assim, passou a palavra para Cláudia que também havia
100 solicitado a pauta referente às atividades de formação em Direitos Humanos.
101 Com a palavra, Cláudia rememora que já havia sido realizado uma conversa no
102 Comitê sobre um primeiro projeto do Lume que seria uma atividade de
103 formação, a qual poderá ser realizada de forma virtual; assim, foi criado um
104 grupo com integrantes do Comitê, os quais trabalham na área da educação,
105 para planejar o curso de formação destinados a professores da rede pública de
106 ensino e também aberto às pessoas que se interessem pelo tema; assim como,
107 realizou uma conversa com a Regina Bley, em que avaliou-se que atualmente,
108 no atual contexto político, a proposta de formação não seja de interesse da
109 Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (SEED), sendo
110 necessário a realização da atividade pelo próprio Lume em parceria com o
111 CEMVEJ; porém, se for dessa maneira, há o empecilho do recurso financeiro,
112 por isso trouxe essa pauta para a discussão no Comitê. A coordenadora, Dra.
113 Ivete, propõe que seja convidada, para todos os eventos que estão sendo
114 programados, a diretoria da APP Sindicato. Por outro lado, Ana informa que
115 tem adotado a estratégia de fazer parceria com a Secretaria da Administração
116 e da Previdência (SEAP), por meio da Escola de Gestão do Paraná; à vista
117 disso, é possível realizar a gravação de videoaulas e ofertar cursos na
118 modalidade EAD que ficará disponível na plataforma virtual *Moodle*, com
119 certificação; Outro formato possível, porém com menos aproveitamento no
120 sentido de certificação, é através da transmissão pelo *YouTube*. Assim, esse

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

123 formato de curso, em parceria com a Escola de Gestão do Paraná, pode ser
124 encaminhado por meio da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho
125 (SEJUF), solicitando também que a SEED faça a divulgação do evento, logo
126 depois que a proposta de curso estiver estruturada para haver maior adesão da
127 SEED. Na sequência o Norton sugere que o curso seja realizado em dois
128 formatos – um formato dedicado aos professores na plataforma virtual *Moodle*
129 e outro formato aberto à todas pessoas que tiverem interesse com transmissão
130 pelo *YouTube*, já que eventualmente possam ter maior dificuldade de acessar o
131 *Moodle*, pois para cada público será trabalhado com conteúdos e linguagens
132 diferentes. Adiante, Marion salienta que a proposta é de que o Lume promova o
133 curso de formação, pois o Lume não limita-se somente a Sala Lume é também
134 um espaço de educação; ainda, destaca que já há importantes contribuições
135 para fazer cursos; Por fim, enfatiza que o Lume precisa ser fortalecido para não
136 ser só uma sala vazia. Seguindo, a Cláudia concorda com as pontuações de
137 Marion e lembra que o interesse dos professores da rede pública de ensino
138 estará baseado não somente no tema, mas também na praticidade de avançar
139 no plano de carreiras do Estado, por isso, informa que os certificados só serão
140 reconhecidos para este fim se constar a assinatura de uma universidade; então
141 se o curso for oferecido somente por uma Secretaria de Estado não será
142 atrativo para este público. Todavia, Ana informa que a ideia não é da Secretaria
143 de Estado executar todas as fases da atividade, mas sim de utilizar os recursos
144 disponíveis, tendo em vista que a Escola de Gestão do Paraná tem disponível
145 para uso a plataforma virtual *Moodle*, já a Escola de Educação em Direitos
146 Humanos do Paraná (ESEDH), vinculada a SEJUF, não tem uma plataforma
147 virtual, mas pode realizar a certificação de cursos realizados ao vivo - seja eles
148 presenciais, híbridos ou transmitidos pelo *YouTube*; por isso, também tem se
149 adotado essa estratégia de parceria com a ESEDH, quando o curso é de
150 formato ao vivo, e parceria com a Escola de Gestão do Paraná quando o curso
151 é no módulo EAD; Ainda, informa que sobre o plano de carreira dos servidores

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

154 do Estado a Escola de Gestão do Paraná garante que os certificados servem
155 para esse fim, não sendo necessário a certificação por uma universidade, mas
156 concorda que é interessante o trabalho conjunto com a universidade – porém, é
157 necessário verificar a forma de certificação da universidade para cursos da
158 plataforma virtual *Moodle*, além, de confirmar se a plataforma virtual será
159 mesmo disponibilizada, e a forma de certificação para os cursos que forem
160 transmitidos pelo *YouTube*; Por fim, destaca que sua intenção foi só a de
161 oferecer o que já se tem disponível na estrutura do Poder Executivo e que pode
162 ser acessado com facilidade, salientando que todo o planejamento e execução
163 da atividade não será definido pela Secretaria. Como encaminhamento,
164 Cláudia propõe criar uma pequena Comissão para elaborar o Plano de
165 Trabalho do Projeto Formação do Lume. Sugestão aprovada, o grupo será
166 composto por: Cláudia, Carla, Ana, Regina, Hialony e Marion. Porém, a Carla
167 fez a ressalva que até o final de outubro estará sobrecarregada; assim poderá
168 participar do grupo, mas não conseguirá participar da deliberação. Ana
169 também fez a ressalva de que sua participação será para dar um suporte,
170 eventualmente, nos contatos entre o Lume e as Secretarias de Estado, pois
171 também está sobrecarregada. **5. INFORMAÇÕES SOBRE O LUME:** Ana
172 comunica que o Tribunal de Justiça retornou pedindo que questões de
173 alteração do espaço da Sala Lume fossem solicitadas junto ao Departamento
174 de Engenharia. Adiante, a Cláudia rememora que o Ministério Público Federal,
175 através da pasta Verdade e Memória, tem a proposta para o biênio 2021-2022
176 priorizar e incentivar espaços de memória, por isso foi encaminhado o Projeto
177 do Lume, mas ainda está sendo aguardado retorno; assim, em uma conversa
178 que realizou com a assessora foi informada que o Grupo de Trabalho (GT), que
179 analisa as propostas, terá uma reunião na próxima semana e já está definido o
180 Projeto do Lume como primeiro ponto de pauta, inclusive, o trabalho do GT
181 atualmente é de mapear no Brasil quem está trabalhando com este tema, quem
182 está lutando para abrir um novo espaço ou quem já tem espaço formado, mas

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

185 que também precisa de incentivo; Sobre o Tribunal de Justiça(TJ), informa que
186 o pessoal da engenharia enviou *e-mail* querendo saber informações sobre a
187 Sala Lume, especificamente sobre como está o processo de abertura do
188 espaço, e também oferecendo apoio e auxílio referente a estrutura do espaço –
189 assim, respondeu por telefone o *e-mail* com um breve relato do que tem
190 acontecido até então e informando que daria ciência dessa comunicação ao
191 Comitê. Adiante, a Dra. Maria Aparecida esclarece que o intuito do TJ é de que
192 a Sala Lume funcione o mais adequadamente possível, pois na última reunião
193 no TJ, com alguns representantes do Comitê, o presidente do TJ evidenciou
194 que a sala do Tribunal está à disposição, porém ela não sabe dizer se há
195 possibilidade de alteração do projeto arquitetônico da sala; Ainda, sugere
196 convidar a Escola Judiciária do TJ para construir em conjunto um evento para
197 divulgação e apresentação da proposta da Sala Lume aos servidores do
198 Tribunal. Cláudia concorda com a proposta da Dra. Maria Aparecida e
199 complementa sugerindo que para além do ciclo de debates, que já foi
200 deliberado anteriormente, realize-se eventos propostos pelo Lume – podendo
201 ser uma palestra – em que se retome a discussão da CEV, que deu origem ao
202 CEMVEJ, sugere que esse evento seja realizado em dezembro. Ana concorda
203 com as sugestões e pondera que o evento do Lume deve ser realizado antes
204 de dezembro, haja vista que seria um evento pontual para os servidores do TJ;
205 Ainda, pontua que até o momento o TJ não respondeu o ofício, que já foi
206 reiterado pela SEJUF, em que consta a indicação da servidora Hialony para
207 ficar responsável em atender junto à Sala Lume, bem como solicitando
208 orientações acerca das providências que deverão ser adotadas para a efetiva
209 ocupação do espaço, sugerindo que o funcionamento seja as terças e quintas-
210 feiras, no horário das 13 horas às 17 horas; Diante disso, comprometeu-se de
211 repassar mais detalhadamente as informações do ofício para a Dra. Maria
212 Aparecida, para verificar a tramitação do ofício e retorno oficial do Tribunal de
213 Justiça. A Dra. Maria Aparecida informa que irá tentar agilizar o contato com o

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

216 TJ para responder o ofício. Na sequência, o Norton sugere que o evento para
217 os servidores do TJ seja em formato de roda de conversa para haver maior
218 interação entre expositores e os servidores. Adiante, Marion pontua sobre a
219 necessidade de criação de um instituto para arrecadação de fundos para
220 financiar esse tipo de atividade. Ana relembra que isso já havia sido debatido
221 em uma reunião do CEMVEJ; na ocasião, deliberou-se que essa não é uma
222 pauta do Comitê, pois a construção de uma espaço como esse é uma iniciativa
223 da sociedade civil organizada e se há interesse em criar uma ONG ou
224 Associação com essa finalidade não será no âmbito do CEMVEJ. Na
225 sequência, Cláudia informa que fará o convite aos expositores do evento virtual
226 do Lume, e propõe que o evento seja realizado no dia 20 de outubro (quarta-
227 feira), a partir das 15 horas. Ana concorda com a proposta, complementa
228 sugerindo encaminhar ofício para a Escola Judiciária do TJ para construir em
229 conjunto esse evento. Norton concorda com as propostas, mas pondera que no
230 ofício para a Escola Judiciária do TJ a data do evento deve ficar em aberto,
231 pois eles poderão sugerir uma data melhor para os servidores. Assim,
232 deliberou-se que será encaminhado ofício para a Escola Judiciária do TJ
233 propondo a parceria na realização do evento do Lume sem o indicativo da
234 data. Na sequência, a Cláudia diz que, na ocasião da construção do Projeto do
235 Lume, o qual foi encaminhado ao MPF, entendeu-se sobre a necessidade de
236 retomar as discussões, no sentido de aval do Comitê, sobre a a formalização
237 da Pessoa Jurídica do Lume para arrecadação de recursos financeiros; Assim,
238 informa que, consultou outros lugares de memória, sendo eles: Memorial da
239 Resistência (SP), Memorial Casa do Povo (SP) e Museu do Holocausto – nos
240 quais verificou que todos estão legalmente constituídos, com CNPJ; ainda,
241 informa que após entrar em contato com essas redes de lugares de memória o
242 Lume foi integrado à Rede Brasileira de Lugares de Memória – REBRALUME;
243 Prosseguindo, apresentou o Plano de Trabalho do Lume, com as propostas de
244 planejamento das atividades a serem desenvolvidas, ainda, no ano de 2021 e

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

247 2022 para a aprovação do Comitê. Adiante, a Dra. Ivete pontuou que a
248 formalização da Pessoa Jurídica do Lume independe do CEMVEJ. Em seguida,
249 Marion esclarece que a intenção não é ter o aval do Comitê para a
250 formalização da Pessoa Jurídica do Lume, mas sim o apoio. Continuando a
251 apresentação do Plano de Trabalho, Cláudia enfatiza sobre a necessidade de
252 retomar a coleta regular de testemunhos, haja vista, que logo depois da
253 entrega do relatório da CEV, em 2017, as pessoas começaram a ir nos Centros
254 de Apoios querendo fazer relatos, por isso, ainda existe uma pasta na rede do
255 MPPR, do Eixo: Verdade, Memória e Justiça, com depoimentos que não
256 entraram no relatório da CEV e também não foram entregues para o projeto da
257 professora Marion Brepohl, pois não faziam parte do acervo dos anexos e nem
258 do relatório; assim, com a retomada da coleta regular de testemunhos essas
259 pessoas que procuraram o MPPR, pós CEV, para fazer seus relatos serão
260 contempladas; por isso, sugere que seja aberto edital para convocar as
261 pessoas para darem seus testemunhos e assim criar um banco de dados;
262 Prosseguindo, pontua que o Lume não terá capacidade para guardar todos os
263 novos documentos, por esse motivo propõe que seja celebrado um termo de
264 convênio ou uma pareceria entre o Arquivo Público e o Lume para direcionar os
265 documentos dos novos testemunhos. Na sequência, o Norton parabeniza
266 Cláudia pela apresentação do Plano de Trabalho e pontua sobre o item da
267 coleta regular de testemunho, ponderando que o tema é de importância do
268 Comitê e precisa ser feito dentro de determinadas condições, tais quais foram
269 as da CEV, de modo que o testemunho, os documentos e a correlata
270 investigação sejam recepcionados, como uma documentação e tornem oficiais
271 - e passem a compor os relatos oficiais do Estado sobre os fatos ocorridos, que
272 é o *status* que tem os Relatórios das Comissões da Verdade; assim, sugere
273 que os novos relatos devem ser recepcionados por uma Comissão oficialmente
274 designada pelo Comitê para fazer a coleta dos testemunhos, haja vista, que em
275 algumas situações os documentos coletados podem instrumentalizar processos

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

278 judiciais. Adiante, Ana propõe como encaminhamento que as ponderações do
279 Norton sobre a coleta regular de testemunhos, bem como a continuidade de
280 pesquisa/investigações – apresentadas no Plano de Trabalho da Cláudia -,
281 sejam pontos de pauta da próxima reunião do Comitê. Proposta aprovada;
282 assim, as discussões sobre a coleta regular de testemunhos e a continuidade
283 de pesquisa/investigações serão pautadas na próxima reunião do CEMVEJ.
284 Sem mais manifestações, passou-se para o próximo ponto de pauta. **6.**
285 **SOLICITAÇÃO DE FAMILIARES DE JOSÉ LAVECCHIA:** com a palavra,
286 Carla comunica que, a Daniela – sobrinha neta de José Lavecchia -, entrou em
287 contato informando que, seu avô é irmão de José Lavecchia, porém a sua mãe
288 foi adotada pelo casal André Lavecchia e Noemia Vieira, de modo que não é
289 consanguínea de José Lavecchia, para o caso de eventual coleta de material
290 genético; A Daniela lhe informou que perdeu contato com a família Lavecchia,
291 mas segundo informações do material da Comissão da Verdade, foi o Sr. Luiz
292 Lavecchia – irmão de José Lavecchia - que recebeu a indenização do Estado,
293 como forma de reparação moral às vítimas da ditadura militar no país; também
294 disse que, não sabe se ele chegou a realizar a coleta de material genético,
295 mas, caso seja necessário, o material genético pode ser coletado de seu avô
296 André, que está enterrado em Angatuba/SP; Assim, a Daniela se colocou à
297 disposição para contribuir no que puder ajudar; Prosseguindo, a Carla disse
298 que conversou sobre isso com a coordenadora do Cemvej, a Dra Ivete, a qual
299 disse que seria importante ser encaminhado através do Comitê para a Dra.
300 Eugenia; Diante disso, trouxe essa situação ao conhecimento do Comitê para
301 também dar um retorno para a Daniela. Adiante, a Dra. Ivete pontua que os
302 corpos das vítimas da Chacina do Parque Nacional do Iguaçu ainda não foram
303 localizados, por isso, não se faz necessário a coleta de material genético; Em
304 razão disso, sugere encaminhar a situação para conhecimento da Dra. Eugenia
305 Gonzaga, haja vista, que ela é membro do Ministério Público Federal e também
306 compõe a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos no Brasil

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

309 (CFMDP), a qual o Aluízio também faz parte. Na sequência, o Aluízio enfatiza
310 sobre a importância de ter o testemunho de um dos familiares das vítimas da
311 Chacina do Parque Nacional do Iguaçu, a fim de complementar a biografia dos
312 desaparecidos, bem como de estabelecer contato entre a Daniela e a Dra.
313 Eugenia Gonzaga. Ana questiona se é o caso de conectar Daniela com a Dra.
314 Eugenia Gonzaga, e se será através de ofício ou por meio informal. A Dra.
315 Ivete acha que o primeiro contato pode ser informal. Aluízio se colocou à
316 disposição para entrar em contato com a Dra. Eugenia Gonzaga. O Norton
317 sugere que o Comitê também mantenha contato com a Daniela, tendo em
318 conta que o Comitê encaminhará uma petição para a Comissão Interamericana
319 de Direitos Humanos, assim ela poderá representar a família Lavecchia. Carla
320 concorda com a sugestão de Norton, e envia o contato da Daniela para Ana
321 salvar na lista de contatos relevantes do CEMVEJ. Sugestões aprovadas. **7.**
322 **INFORMES:** com a palavra, Ana passa aos informes. **7.1 NOMEAÇÃO DE**
323 **REPRESENTANTES (PROTOCOLO Nº17.597.780-5 E PROTOCOLO Nº**
324 **17.835.853-7):** Ana informa que havia sido solicitado a alteração de algumas
325 representações no CEMVEJ, as quais foram aprovadas e publicadas nos
326 Decretos de Nomeação do Governo do Estado nº 8.210 e nº 8224. **7.2**
327 **RETORNO DA SETI SOBRE A SOLICITAÇÃO DA UFPR DE APOIO PARA**
328 **VIABILIZAÇÃO DO PROJETO “CIDADANIA, VIOLÊNCIA E DIREITOS**
329 **HUMANOS” (PROTOCOLO Nº 17.727.263-9):** Ana contextualiza dizendo que,
330 a solicitação da UFPR é em relação ao Projeto encaminhado pela professora
331 Marion Brepohl que tinha o compromisso de encaminhar para à
332 Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; assim, o
333 protocolo com o ofício solicitando apoio para a viabilização do projeto foi
334 encaminhado; Em resposta, a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e
335 Ensino Superior informou que a demanda poderá ser apresentada no âmbito
336 do Programa Universidade Sem Fronteiras, com edital anualmente aberto pela
337 Unidade Gestora do Fundo Paraná, órgão vinculado à Superintendência Geral

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

340 de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI; portanto, não deu um retorno
341 específico do solicitado. Marion concorda com o apontamento de Ana e diz que
342 nenhum dos subprogramas tem haver com o tema. Por fim, encaminhou-se
343 que o protocolo com a resposta da Superintendência Geral de Ciência,
344 Tecnologia e Ensino Superior será encaminhado para Marion. **7.3 RETORNO**
345 **DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO (PROTOCOLO Nº 18.069.276-2):** Ana
346 relembra que foi enviado ao Instituto de Identificação ofício solicitando a
347 exclusão das informações sobre condenação criminal extinta dos presos
348 políticos durante a Ditadura Militar; Em resposta, o Instituto de Identificação
349 informou que *“não há controle a respeito da solicitação em virtude do lapso*
350 *temporal, e a época dos fatos os sistemas não eram informatizados”*, ainda,
351 orientou que *“aqueles que possuem esta anotação envie e-mail para*
352 *criminal@ii.pr.gov.br”*, que as devidas correções serão feitas. O Norton pontua
353 que o Brasil fez adesão plena em um sistema de informação que foi baseado
354 no Panamá, no início da década de 70 (setenta), e possivelmente o
355 Departamento Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR) tenha entrado
356 nisso também; assim, é possível que já tenha um sistema informatizado desde
357 a década de 70 (setenta) ou pelo menos acesso a essa base; De toda forma,
358 sugere relacionar todas as vítimas que já foram identificadas na Comissão
359 Estadual da Verdade - CEV, as que estão listadas na Comissão Especial sobre
360 Mortos e Desaparecidos Políticos – CEMDP, as da Comissão de Anistia; enfim,
361 pontua que há disponível um grande mapa conhecido de pessoas, sobre as
362 quais já deveriam ter “mercado silêncio”; Outrossim, informa que os arquivos
363 DOPS classificam essas pessoas como “eventos políticos”; portanto, não são
364 classificados como crimes comuns; então, é sim possível fazer a retiradas
365 desses dados, se não em uma base de dados é possível durante a consulta
366 individual – quando alguém consultar se há antecedentes criminais e aparecer
367 informações sobre condenação criminal extinta dos presos políticos durante a
368 Ditadura Militar - e não informar sobre isso. Complementando, a Dra. Ivete

CEMVEJ

Comitê Estadual de Memória,
Verdade e Justiça do Paraná

369 informa que umas das pessoas que pediu a certidão de antecedentes criminais
370 no Instituto de Identificação e saiu com registro positivo foi a Teresa Urban. Na
371 sequência, Ana informa que posteriormente entrará em contato com o Norton
372 para que ele informe mais detalhadamente as informações que apontou, a fim
373 de fazer uma orientação sobre os crimes políticos, para que sejam adotadas
374 medidas para excluir esses tipos de registros. **7.4 RETORNO DO MPF SOBRE**
375 **A SOLICITAÇÃO DE CÓPIA IC:** Ana informa que, em retorno, a Dra. Indira
376 informou que será encaminhado a cópia do Inquérito Civil que o Aluízio prestou
377 depoimento. **7.5 BIOGRAFIA DA TERESA URBAN:** Primeiramente, Aluízio
378 informa que Ana Müller aceitou o convite para o evento do dia 15 de outubro,
379 bem como, está entrando em contato com o Coronel Ivan Proença para ele dar
380 seu testemunho - também no dia 15 de outubro; Prosseguindo, informa que a
381 Liliana Lavoratti está encerrando a biografia da Teresa Urban, a qual já foi até
382 para edição, mas está precisando de informações sobre a militância da
383 passagem da Teresa Urban na Dissidência Comunista do Paraná e no
384 Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8 do PR). **ENCERRAMENTO:**
385 Não havendo mais assuntos a serem tratados, a coordenadora, Dra. Ivete
386 agradeceu a participação de todos e todas e deu por encerrada a reunião. A
387 presente ata foi lavrada por Daiane Pego.